

RECURSO ESPECIAL Nº 1.672.144 - MG (2017/0112594-3)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
RECORRENTE : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**
RECORRIDO : **CVA VIAGENS E TURISMO LTDA - ME**
RECORRIDO : **CENTRAL DE VIAGENS ALMEIDA LTDA - ME**
RECORRIDO : **CRIATIVA TRANSPORTES E TURISMO LTDA**
RECORRIDO : **LUAN DIAS ALMEIDA**
RECORRIDO : **GILDASIO GONCALVES ALMEIDA**
ADVOGADOS : **ANDRÉ MANSUR BRANDÃO - MG087242**
: **RAFAEL GOUVEIA E OUTRO(S) - MG149955**
INTERES. : **DEPARTAMENTO DE EDIFICACOES E ESTRADAS DE**
: **RODAGEM DO ESTADO DE MINAS GERAIS - DEER-MG**

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, em 1º/09/2016, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO CÍVEL PÚBLICA. LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO. TRANSPORTE CLANDESTINO. IMPOSSIBILIDADE DE INTERVENÇÃO JUDICIAL. PODER DE POLÍCIA. MINISTÉRIO PÚBLICO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. AUSÊNCIA DE MÁ-FÉ. - Em tema de relação de consumo em quem constatado evidente risco à vida, saúde e segurança dos consumidores em sentido amplo, tal fato legitima a atuação do Ministério Público. - Em se tratando, de dano no âmbito regional com abrangência apenas dentro do território de um Estado, competente será o for do juízo que primeiro der a citação válida. - A vedação ao transporte clandestino já se encontra positivada, o que afasta a interferência do Poder Judiciário, aliado ao fato de que tal atuação irregular encontra imposição de diversas sanções de cunho administrativo, em observância ao Poder de Polícia da Administração Pública. - Em sede de ação civil pública, a condenação do Ministério Público ao pagamento de honorários advocatícios somente é cabível na hipótese de comprovada e inequívoca má-fé do Parquet" (fl. 1.175e)

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração (fls. 1.190/1.1201e), os quais restaram rejeitados, nos termos da seguinte ementa:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE HIPÓTESE DO ARTIGO 1.022 DO CPC/2015. PREQUESTIONAMENTO - IMPOSSIBILIDADE. - Os embargos

de declaração são cabíveis no caso de o provimento jurisdicional apresentar omissão, contradição ou obscuridade, bem como para sanar a ocorrência de erro material. - Ausente qualquer das hipóteses previstas no art. 1.022 do CPC/2015, incabível a utilização dos embargos de declaração inclusive para fins de prequestionamento" (fls. 1.205e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a**, da Constituição Federal, a parte ora recorrente aponta violação aos arts. 1.025 do CPC/2015, 6º, V, VII, 8º, 39, VIII, 84, §4º, do CDC e 1º, **caput**, da Lei 7.347/85, sob os seguintes fundamentos: a) "o fato do ordenamento jurídico autorizar que a Administração Pública aplique as 'sanções cabíveis' aos proprietários proprietários de veículos que atuam de forma irregular, em decorrência do poder de polícia, não retira a possibilidade de se discutir, judicialmente, a responsabilidade pelos atos ilícitos praticados e comprovados, ou a de coibir o infrator de prosseguir com a conduta abusiva" (fl. 1.231e); b) "no caso vertente, ao colocar a vida e a integridade física dos consumidores em risco, a fim de obter o lucro fácil, sujeitam-se os recorridos ao pagamento do dano moral coletivo, tese acolhida em primeiro grau de jurisdição, com total acerto" (fl. 1.237e).

Por fim, requer o provimento do Recurso Especial.

Não foram apresentadas contrarrazões (fl. 1.241e).

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fl. 1.242e).

O Ministério Público Federal, por meio do parecer de fls. 1.255/1.260e, opina pelo provimento do Recurso Especial.

A irresignação não merece conhecimento.

Inicialmente, cabe destacar que o Tribunal de origem não se manifestou acerca do teor dos artigos 6º, V, VII, 8º, 39, VIII, 84, §4º, do CDC e 1º, **caput**, da Lei 7.347/85. Por essa razão, à falta do indispensável prequestionamento, não pode ser conhecido o Recurso Especial no ponto, incidindo o teor da Súmula 211 do STJ ("Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição dos embargos declaratórios, não foi apreciado pelo Tribunal a quo").

Registre-se que, no tocante aos referidos dispositivos legais, conquanto invocados nos Embargos de Declaração, opostos contra o aresto do Tribunal de origem, não foi apontada, nas razões do Recurso Especial, a contrariedade ao art. 1.022 do CPC/2015, a fim de ser verificada a ocorrência de erro, omissão, contradição ou obscuridade, no referido julgado, cujo reconhecimento poderia ensejar a adoção do prequestionamento ficto, razão pela qual resta afastada, **in casu**, a aplicabilidade do art. 1.025 do CPC/2015.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. COMPENSAÇÃO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADO.

1. É vedada a análise das questões que não foram objeto de efetivo debate pela Corte de origem, estando ausente o requisito do prequestionamento. Incidência da Súmula 211/STJ.

2. Esta Corte Superior possui orientação de que "a admissão de prequestionamento ficto (art. 1.025 do CPC/2015), em recurso especial, exige que no mesmo recurso seja indicada violação ao art. 1.022 do CPC/2015, para que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que, uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei" (REsp 1.639.314/MG, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, DJe 10/4/2017), o que não ocorreu no caso.

3. Não se conhece do recurso alicerçado na alínea "c" do permissivo constitucional quando o recorrente deixa de cumprir as formalidades contidas no art. 255, § 1º, do RISTJ, deixando de demonstrar a similitude fática entre os arestos confrontados.

4. (...)

5. Agravo interno a que se nega provimento" (STJ, AgInt no REsp 1619570/SC, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 10/12/2018).

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, **não conheço** do Recurso Especial.

Não obstante o disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), deixo de majorar os honorários advocatícios, tendo em vista que, na origem, não houve prévia fixação de honorários sucumbenciais.

I.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETTE MAGALHÃES
Relatora